

KUPFER, D. Longo Prazo Ou Prazo Longo? *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 09/12/2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/longo-prazo-ou-prazo-longo.ghtml>.

Longo Prazo Ou Prazo Longo?

09/12/2013

Entre os economistas é bem conhecida a anedota que dá conta de uma pessoa que em uma noite escura é vista embaixo de um poste de iluminação procurando a chave de casa que havia deixado cair a uns tantos metros do local. Perguntada sobre porque procurava ali e não onde a chave caiu, responde - é porque aqui tem luz.

Isso é exatamente o que vem acontecendo com o atual debate brasileiro naquilo que relaciona produtividade e o processo de crescimento econômico. Não é aí que está o problema pois a produtividade é realmente – e cada vez mais - a chave desse processo. Apenas essa chave não está embaixo do poste de luz formado pelas teorias convencionais do crescimento. Nessas abordagens, desde a versão básica desenvolvida por Robert Solow em 1956, o crescimento econômico está sujeito a restrições de recursos produtivos, como capital e trabalho. Como os preços reagem a escassez relativa desses fatores, as decisões de consumo e de produção da sociedade induzidas por esses preços levam a uma tendência a sua plena utilização. Dessa forma, o ritmo de crescimento de uma economia estaria condicionado ao aumento ou da disponibilidade ou da produtividade desses fatores. Na medida em que a disponibilidade dos recursos produtivos vai se esgotando, o crescimento passa a depender mais e mais do aumento da produtividade

Embora tenha dado margem a sofisticados refinamentos com a inclusão da inovação tecnológica na função de produção, esse sistema teórico resente-se de importantes limitações decorrentes de suas hipóteses básicas. Uma dessas limitações decorre da hipótese implícita de transmissão automática da inovação para a produtividade e daí para o crescimento. Nessa sequência há um elemento crucial que está ausente: o investimento. Não parece razoável imaginar que os agentes econômicos primeiro inovam, depois crescem a produtividade e depois investem. E não pode ser assim simplesmente porque o investimento é o principal veículo do aumento da produtividade e também da inovação.

Esse tema fornece um pano de fundo interessante para a interpretação dos resultados trazidos pela Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC 2009-2011, recém-divulgada pelo IBGE. Para aqueles que esperam que a inovação tenha um comportamento anticíclico, como previsto em interpretações mecânicas de modelos do tipo Solow, é bem provável que os resultados trazidos pela pesquisa tenham sido frustrantes. Em um triênio marcado por uma desaceleração do crescimento do PIB, no qual predominou o grande tobo de 2009 e a pesada reversão de expectativas de 2011, a taxa de inovação, que é a proporção do número total de empresas que introduziu inovações, caiu para 35,6% nesse período, mostrando um declínio de quase 3 pontos percentuais em relação ao triênio 2006-2008, e interrompendo a trajetória ascendente da série que vinha desde a sua primeira observação em 1998-2000. Olhando exclusivamente a inovação de produto, que tende a ser muito dependente do dinamismo do mercado, a queda

ainda mais expressiva no número de empresas inovadoras (14,8%) fala por si.

Para os que vêem a inovação como fenômeno cíclico, o resultado da nova PINTEC, ao contrário, é menos decepcionante que o revelado pela edição anterior da pesquisa. Enquanto se esperava que a PINTEC anterior, que mapeou o comportamento inovador entre 2006 e 2008, anos extremamente favoráveis do ponto de vista do dinamismo da economia brasileira, mostrasse grande crescimento ao invés da quase estabilidade que de fato revelou, agora a maior parte da retração no dispêndio em atividades inovativas decorreu diretamente do menor ritmo de aquisição de máquinas e equipamentos, compatível com o igualmente fraco desempenho da formação bruta de capital do triênio.

Já naquilo que realmente importa para o processo de crescimento, que é a inovação como tendência e não como ciclo, há dados na nova PINTEC que justificam uma avaliação favorável do período. O valor do dispêndio em P&D das empresas industriais subiu para R\$ 15,2 bilhões em 2011 ante R\$ 10,7 bilhões em 2008, um vigoroso aumento de 41,5%.

Com isso, a intensidade tecnológica (gasto em P&D como proporção da receita), de longe o indicador mais relevante de inovação, subiu de 0,62% para 0,71%. Mesmo com a devida cautela na interpretação, pois parte desse crescimento decorreu da desaceleração verificada no denominador e não somente da expansão do numerador, o indicador inegavelmente sinaliza uma consolidação da propensão a inovar da indústria brasileira, seja em resposta a intensificação do apoio por parte da política científica e tecnológica, seja devido a uma maior predisposição estratégica do empresariado em buscar os frutos da inovação ou, mais provavelmente, ambos.

Porém, de pouco adiantará a propensão a inovar das empresas brasileiras ter engatado em uma trajetória consistente. Isso porque sem uma firme retomada dos investimentos em capital fixo, essa maior inovatividade não está nem tenderá a se transmitir à produtividade. E, diferentemente do que está ocorrendo com a inovação, na formação de capital as empresas ainda parecem estar em compasso de espera, sugerindo que aguardam condições macroeconômicas e expectativas mais favoráveis para desarquivarem seus planos de investimento. Enfim, parece que os planos de investimento de longo prazo estão mantidos mas o prazo de investimento dos planos está mais longo. E esse é, provavelmente, o principal fator que vem limitando o crescimento da produtividade. Se assim é, mais do que nunca é hora de concentrar o foco na retomada do investimento. Feliz ano velho para todos nós.

David Kupfer é professor licenciado e membro do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ (GIC-IE/UFRJ) e assessor da presidência do BNDES. Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br. As opiniões aqui expressas são do autor e não necessariamente refletem posições do BNDES.